



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 20.06.2023

INÍCIO: 09h45min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

CONVIDADOS: SRA. DRA. TAÍSSA

SR. DELEGADO CAMARGO

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, ao dia 20 de junho de 2023, no plenário da Assembleia Legislativa.

Contamos aqui com a presença da ilustríssima excelentíssima deputada, representante de Guajará-Mirim e região, Deputada Drª Taíssa; nosso grande Deputado Delegado Lucas; Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes; nosso Secretário da Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), o Senhor Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos. Também registrar aqui os produtores da Vila Rio Verde, APRURIV (Associação de Produtores Rurais da Comunidade Rio Verde), o Senhor Anderson, o Senhor Wagner, o Leonildo, a Pâmela, a Érica.

Registrar aqui a presença do André, da Casa Civil. Nosso muito obrigado pela presença. O Caio, da Casa Civil, também. Paula Araújo, da UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Senhor Presidente, bom dia nobres colegas. Peço a gentileza de Vossa Excelência registrar a minha presença. Obrigado, Presidente. Bom dia. Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Delegado Camargo. Muito obrigado pela participação.

Convido neste momento, para que seja feita a leitura da Ata, a nossa Excelentíssima Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) - Procede a leitura da Ata da Reunião Extraordinária anterior.

Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, Deputada Dr^a Taíssa. Antes de passar a fala para os nobres parlamentares, nós tivemos duas respostas. Passo aqui a palavra ao Doutor Doca, que compõe aqui a Comissão Jurídica da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Bom dia a todos, senhores deputados, senhores presentes. Deputado, nós temos aqui o recebimento do documento da Sedam, via Casa Civil, informando a disponibilização de dois processos relativos à extração do carbono, que é da Reserva Rio Cautário e o da Rio Preto-Jacundá. Então, dando ciência do acolhimento.

Temos também um Requerimento aqui do Senhor Irailton Dáurea solicitando pronunciamento na CPI, para falar, etc. Todavia o tema não está entre o fato determinado no Requerimento que nós aprovamos e, ademais, nós não estamos ainda na fase de oitiva. A oitiva, hoje, do Secretário aqui foi a convite da Deputada Dr^a Taíssa. Eu acho que a partir das próximas sessões nós realmente teremos a oitiva, é quando

nós vamos fazer o relatório de todo documento recebido, dali nós vamos identificar as pessoas que precisam ser ouvidas, para aclarar esse ou aquele tema, em que haja dúvida ou alguma inconsistência.

Então, no tempo da oitiva, se a matéria for pertinente ao objeto investigado, nós acolhemos. Em princípio esse Requerimento aqui nós estamos opinando, Senhor Presidente, pelo não acolhimento dele e ele não precisa sequer ser juntado aos autos. Ok?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Doutor Doca, entendo a sua preocupação. Eu tive vários pedidos aqui, principalmente dos parlamentares, para nós nos atermos à parte técnica. Então, em algumas reuniões nós demos abertura para ouvir a população, mas agora nós vamos nos ater à tecnicidade, ao andamento da CPI.

Essa CPI é muito, muito importante para o Estado de Rondônia. Porque através dessa CPI vai desaguar em outras questões ambientais. Nós estamos em um momento, que estamos vivendo em nosso país, que nós não podemos ter erro nessa área ambiental. Sem medo de errar, senhores deputados, eu tenho absoluta certeza que a pauta que estamos discutindo aqui é a principal pauta do Estado de Rondônia hoje.

Se nós não tivermos união, se nós não focarmos na pauta ambiental, o nosso Estado de Rondônia pode entrar em uma situação muito difícil. Primeira coisa que pode acontecer aqui, se nós continuarmos com essas dificuldades e acontecer o que está acontecendo já no sul do Amazonas, acontecer em Rondônia, é a questão financeira. O nosso Estado está no azul e ele é totalmente dependente do agro. Hoje, o que sustenta o nosso Estado é o homem do campo.

Então, essa pauta ambiental, essa questão das reservas, essa questão do gás carbônico, essa questão dos embargos, que amanhã nós teremos a reunião em Brasília, é primordial, é a principal pauta do Estado de Rondônia. E, realmente, não é pintando um futuro preocupante, mas é a verdade. Se nós não nos unirmos e evitarmos que aconteça em Rondônia o que está predisposto a acontecer... Eu estava agora falando com os parlamentares, tiveram reuniões em Brasília, e as pessoas falam abertamente, que tem uma pauta ideológica para a região Amazônica. Foi o Deputado Delegado Lucas que falou agora há pouco, não é Lucas? Uma pauta ideológica para o Estado de Rondônia. E isso aí já está claro, qual é a pauta que existe para acontecer no nosso Estado. E nós precisamos defender o nosso Estado para que isso não aconteça. Nós sabemos que, se isso acontecer, será uma tragédia econômica para o homem do campo, uma tragédia econômica para toda a população do Estado de Rondônia.

Eu passo agora, nesse momento, a palavra aos parlamentares. Os que desejarem a fala, é só se manifestarem e lhes será facultada.

O Deputado Pedro se manifestou, mas, rapidamente, já ofertou a palavra à Deputada Dr^a Taíssa.

Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa. Neste primeiro momento vamos dar fala aos Deputados, e, depois, para começar os questionamentos.

Com a palavra, a nobre Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Primeiramente, agradecer ao Senhor Presidente. Um Presidente por quem eu tenho muito carinho, Deputado Alex Redano; trabalho fenomenal que você vem fazendo e, principalmente aqui, dessa cordialidade dentro do

Parlamento. Por isso que é o amigão de todos e admirado por todos os parlamentares.

Bom dia ao Deputado Delegado Lucas, esse deputado super atuante, dessa região lá de Buritis, uma região que necessitava muito de um representante. A gente vê dentro do Estado de Rondônia, todas as regiões sendo extremamente barristas, e, é assim que a gente se fortalece.

Deputado Pedro Fernandes, um deputado super solícito, por quem eu tenho muito carinho de dividir o Parlamento com Vossa Excelência.

Deputado Delegado Camargo, que vem trabalhando on-line conosco, ontem estava viajando para Brasília, mas, mesmo assim, não deixou de qualquer forma, de estar aqui, participando on-line e estar prestando o seu serviço, que é, servir à população.

E cumprimentar o Secretário, que no momento em que foi convidado para estar conosco, ele já imediatamente se prontificou e está aqui para prestar esclarecimento para a população e também sabe da importância do trabalho em relação a essa CPI, não é, Secretário?

A gente sabe que nós temos todo um aparato jurídico e eu fico muito feliz de o nosso Governador Marcos Rocha, realmente, ser um governador gestor, um governador que coloca uma pessoa qualificada, formada e cada vez mais vai entregar um trabalho de qualidade na Sedam.

E cumprimentar o Doutor Doca que é meu colega de profissão, advogado; extremamente preparado. Hoje ele é uma referência, não é, Deputado Alex Redano, dentro do nosso Parlamento, como profissional e, principalmente, nessa pauta ambiental em que ele sempre está bem atuante. Ele vai estar

lá com a gente em Brasília, para auxiliar e trazer cada vez mais esse trabalho técnico que a gente precisa tanto.

Mas, agora falar para toda a comunidade do Estado de Rondônia: nós sabemos da importância dessa reunião e, principalmente, que a gente possa ultrapassar essa barreira, que a gente vem passando hoje, aqui no nosso Parlamento.

A situação ambiental, Deputado Delegado Lucas, é gravíssima. Eu estive reunida desde lá do Cachoeirinha, na região de Candeias e, em outras regiões; lá na situação de Primavera, ali da Ponta do Abunã, e as pessoas estão desesperadas. A maior parte das pessoas está entregando suas propriedades a preço, assim, praticamente de graça - a verdade é essa -, porque elas não sabem o que fazer. E mais ainda do que os embargos, é a situação do rastreamento.

Hoje, já se tem uma situação onde, em propriedades rurais, a pessoa está com uma área embargada, ela tem o gado e não consegue mais vendê-lo para o frigorífico. E, infelizmente, incentivando os produtores, homens e mulheres trabalhadores, a irem para a ilegalidade, buscar, muitas vezes, registrar, passar o que ele tem de bens para uma outra ficha e situações bem graves que vêm ocorrendo dentro do nosso Estado.

E assim, é absurdo a gente pegar homens e mulheres trabalhadoras que só querem ter o sustento da família e levar para cometer algum ilícito, porque eles querem sobreviver. Isso é inaceitável o que vem acontecendo dentro do nosso Estado, e principalmente, Deputado Alex Redano, o senhor sabe dessa situação. E eu não estou falando só da minha região, eu estou falando do Estado inteiro de Rondônia. A gente precisa de um trabalho sério; a gente precisa de um trabalho *in loco*. Não adianta falar que aquela área é reserva

se você nunca pisou o pé para saber quem estava lá e quem está produzindo e quem está trabalhando.

Então, nós precisamos realmente mudar essa realidade. Vocês já sabem, eu sou da região de Guajará-Mirim. Nós já sofremos há quanto tempo precisando do desenvolvimento econômico na nossa região e a gente sabe que só temos 7% de área livre, o que, infelizmente, faz com que boa parte da população fique à mercê de muitas vezes ver os nossos filhos se envolvendo no crime organizado, em várias situações, porque a gente não tem o desenvolvimento econômico como a gente gostaria.

Graças, ontem, o nosso Governador Marcos Rocha lançou um pacote de incentivos fiscais para nossa região com o intuito de mudar a realidade de Guajará-Mirim. Porque se não fosse isso, Deputado Alex, sabe Deus o que vinha acontecendo, onde zerou os impostos em relação aos combustíveis, zerou os impostos em relação à castanha, zerou os impostos em relação à polpa do cupuaçu para poder mudar a realidade da nossa região de Guajará-Mirim. E nós precisamos mudar, Secretário, e realmente ver uma forma de fazer um plano de ação, um plano de trabalho em que a gente fale da questão ambiental, mas também não podemos esquecer que as pessoas precisam comer, precisam se alimentar e ninguém está feliz com a barriga vazia. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, Deputada Dr^a Taíssa.

Passo a palavra agora para o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, que é o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Bom dia a todos. Quero primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos aqui representando o povo do Estado de Rondônia, junto com o Deputado Alex Redano, Presidente desta Comissão tão importante; Deputada Dr^a Taíssa, presente também nesta Comissão, logo já estará nomeada aí; Deputado Delegado Lucas, que é uma pessoa que também, no mesmo sentido que nós estamos aqui, eu com a região de Cujubim, principalmente a questão do Soldado da Borracha, Deputado Delegado Lucas também tem a questão da região dele, que é Minas Novas, uma região importante do Estado de Rondônia, lá por Buritis. A Deputada Dr^a Taíssa também não é diferente. Deputado Alex Redano sempre abraçou essa causa desde o primeiro mandato dele. Eu era prefeito e acompanhava esse trabalho.

Estamos no início de mandato, então aqui não tem questionamentos para dizer: "Estão fazendo politicagem", "fizeram essa CPI para...". Não. Nós estamos querendo uma resposta séria e definitiva. Nós não estamos aqui também afrontando os órgãos de controle. Temos o maior respeito pelo nosso Judiciário, pelos órgãos de controle, Ministério Público, Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas. Também respeitamos opiniões diversas, para a gente ouvir todas as partes com bastante democracia. Como eu sempre defendo o agricultor, principalmente os pequenos agricultores.

Quero cumprimentar o Secretário Marco. Agradecer por ouvir nosso convite, estar sempre disposto a ouvir. É um Secretário, o Governador Marcos Rocha acertou, porque a gente, desde o primeiro dia que eu assumi aqui, como peguei a pasta do Meio Ambiente, que é a pasta mais complexa, muitas pessoas falam assim: "É, você arrumou um grande problema, um grande..."; mas problemas estão aí para a gente resolver. Se não tivesse, não precisaria - não é, Secretário - a gente

estar aqui. A gente quer trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, a Sedam, para dar um norte para nosso Estado.

Como foi dito aqui pelos parlamentares que me antecederam, a questão é um problema do Estado de Rondônia. Muitas vezes o pessoal pensa que o problema é de quem está lá com sua propriedade com problemas ambientais. O problema é de quem está na cidade. Porque o homem do campo produz também para alimentar quem está na cidade. É o homem do campo, hoje, a força motora do nosso Estado. A gente vai requerer à Secretaria de Fazenda, por meio da minha Comissão, quanto produz na pecuária e no agronegócio no Estado de Rondônia, para a gente comparar esse setor para ver se não é a mola mestre desse Estado.

Nós também que pertencemos aos entes do Estado – o Legislativo, o Executivo, o Judiciário – também vivemos dos encargos que são pagos por essa produção. Nós não podemos boicotar nós mesmos. Eu sei que tem pessoas que têm ideologias, como o Deputado Alex Redano falou aqui. Isso nos preocupa muito. Por quê? Que interesse é esse? A gente ouve muitas movimentações de que vem recurso do mundo inteiro. E a gente só vê o investimento em comando e controle, quer fazer muitas abusivas em pequenos produtores, tirando dele o chão, fazendo embargos... E fora os processos judiciais que estão criminalizando pessoas que trabalham.

Quero cumprimentar o Doutor Doca, um advogado aqui que trabalha assessorando a gente nessa Comissão e no gabinete do Deputado Alex. Agradecer o Deputado Alex por disponibilizar, porque ele tem conhecimento, tem muito tempo que vem acompanhando essas demandas e ele conhece profundamente até as pessoas que vivem no interior, nessas áreas do Estado que estão com esse problema das reservas que foram criadas.

O Secretário Marco, a princípio, não seria ouvido isoladamente nessa Comissão, e, sim, em momento em que estaríamos realizando a oitiva de todos os envolvidos. Considerando que ainda falta o encaminhamento, pela Sedam, de sete processos de criação das Unidades de Conservação, para que possam ser analisados para que possamos dar início a essas oitivas. Todavia, em decorrência da procura de diversos moradores da região – principalmente do Abunã, mas na região do Vale do Jamari, a região de Porto Velho e outras regiões do Estado –, o povo está muito preocupado, dando conta de que a Sedam está notificando as famílias a desocuparem suas moradias, bem como a retirarem os animais ali existentes.

De posse dessa informação e respeitando, aqui, o Requerimento da nossa cara deputada, o nosso Presidente e todos os pares, nesse momento, convidou o Secretário para vir aqui prestar esclarecimento. Fico grato ao Secretário por, através de um convite na primeira hora, não se furtou à responsabilidade que ele tem como Secretário e representante do Meio Ambiente. Quero agradecer a todos. E vamos, daqui a pouco, fazer os questionamentos para que o Secretário possa, se no momento ele não tiver todas as respostas, ele levar e fazer o encaminhamento e nos responder com clareza para a gente entender, não é, Deputado Alex? Essa CPI agora vai tomando rumo de alguns encaminhamentos e nós vamos pautar, focar no objeto da CPI.

Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Parabéns pela sua postura, pela sua dedicação.

Passo a palavra agora para o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Agradecer a Deus pela oportunidade. Cumprimentar o nosso Presidente Deputado Alex Redano, grande deputado, que sempre puxou à frente das causas fundiárias do Estado de Rondônia. Cumprimentar também o nosso secretário dessa CPI tão importante para o Estado de Rondônia, o Deputado Pedro Fernandes. Cumprimentar a Deputada Dr^a Taíssa. Deputado Delegado Camargo, que nos acompanha on-line. Nosso Secretário do Meio Ambiente Doutor Marco, obrigado por ter comparecido, atendido o nosso convite. E cumprimentar também o Doutor Doca. Cumprimentar a todos os presentes aqui; à imprensa que nos acompanha, em nome do Senhor Jonatas, nosso assessor de comunicação. E cumprimentar a todos os servidores do governo do Estado de Rondônia, através da equipe da Casa Civil aqui presente.

Bem, serei breve, dado o compromisso assumido nessa CPI, de focarmos na tecnicidade. Quero apenas endossar aqui minhas palavras à importância dessa CPI e que esse Parlamento se posicione, se manifeste, acerca dos temas ambientais, maiormente nos tempos em que vivemos hoje em nosso país. O agro é a mola propulsora da economia do Estado de Rondônia e, como bem frisou o nosso Presidente Deputado Alex Redano, é importantíssimo que nós trabalhemos no sentido de dar mais segurança jurídica aos nossos proprietários de terras e aos nossos produtores rondonienses.

Como bem disse o nosso Deputado Pedro Fernandes, nós temos que envolver nesse debate todos os órgãos constitucionalmente atribuídos com funções afetas ao meio ambiente e à regularização agrária. Teremos que trazer para essa discussão todos os órgãos de controle, todos os órgãos

do Estado. E aqui eu faço um registro, em nome do nosso Secretário do Meio Ambiente Doutor Marco, de agradecimento ao Governador Marcos Rocha, por ter se mostrado um governador pró-agronegócio, um governador que se preocupa com a nossa economia e que faz o que pode, dentro do seu governo, para dar mais condição de produtividade aos nossos produtores rurais.

O Deputado Pedro Fernandes falou muito bem, que não só o produtor do campo sofre com essa insegurança e com essa instabilidade, mas toda a nossa cidade, toda a nossa área urbana, todos os nossos moradores, que dependem não só da economia que o campo movimenta, mas dos próprios produtos que ali são produzidos. Nós sabemos que a cadeia produtiva envolve também toda a nossa cidade, não apenas o campo.

Nós, em especial da região de Buritis, como um município muito novo de um Estado muito novo, padecemos dessa morosidade do Estado, ente abstrato, em regularizar as suas propriedades rurais.

Os nossos produtores, em qualquer outro país do mundo, seriam valorizados pela sua capacidade produtiva, pela sua disponibilidade para o trabalho, pela sua disposição em produzir, gerar emprego, gerar renda e fazer com que o Estado, com que o país avance incansavelmente, incessantemente, através de crises e crises e crises – sejam pandemias, sejam econômicas – que o mundo passa e o Brasil e Rondônia têm seguido firmemente, sem titubear.

Isso é graças ao esforço, ao suor, ao sangue derramado de nossos produtores rurais, que não são reconhecidos e valorizados por tanto. É dever desta Assembleia avançar nas pautas que visem dar mais segurança jurídica para os nossos produtores rurais, avançando no sentido de regularizar as

propriedades, o que facilitará, inclusive, o trabalho dos órgãos de controle no futuro.

E que nós possamos caminhar para o desenvolvimento com mais tecnologia sustentável, com preservação do meio ambiente, mas sem tratar o nosso produtor - que faz parte do meio ambiente de forma indissociável -, como um vilão nessa história, quando, na verdade, ele tem pago as nossas contas e salvado as nossas vidas com alimento, abastecendo todo o nosso mundo.

Fica aqui o meu voto de comprometimento com o produtor rural de Rondônia, para trazer ao debate, de forma técnica, buscando aqui, através da Assembleia, soluções exequíveis e viáveis para que nós possamos avançar, não apenas na região de Buritis, mas em todo o Estado de Rondônia, no que diz respeito à regularização fundiária.

Contem comigo para que essa CPI avance, Presidente, no sentido de que nós possamos resolver as injustiças que foram criadas e achar um horizonte mais promissor para os produtores rurais no futuro.

Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Estamos aqui com a Deputada Taíssa. Estão aqui o pessoal da Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Ismael Crispin, que dá um show como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Parabéns pelo trabalho, Deputado Crispin.

E justificando aqui que nós estamos com os membros da Comissão de Constituição e Justiça aqui também participando da CPI.

O SR. DELEGADO LUCAS - Presidente, só para fazer um registro aqui no final, um aparte, se o senhor permite.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, à vontade. Claro!

O SR. DELEGADO LUCAS - Acabei esquecendo de frisar, o senhor já mencionou, mas amanhã esta Assembleia estará fortemente representada em Brasília e estaremos debatendo acerca dos embargos ambientais, juntamente com o Ibama, uma pauta de extrema importância - e provavelmente a pauta de maior relevância para Rondônia atualmente. Esta Assembleia estará presente, estaremos lá com certeza para defender os interesses da população rondoniense.

E também, logo em seguida, na quinta-feira, estaremos em Tocantins, na 4ª Reunião do Parlamento Amazônico, onde estará presente o Secretário Nacional do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Moisés Savian, cujo tema também será regularização fundiária. Reforçando que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, com toda a permissão e apoio do nosso Presidente Marcelo Cruz, se faz presente também nas discussões de nível nacional em tudo aquilo que pode repercutir na regularização fundiária e na cadeia produtiva do povo rondoniense.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- Nós que agradecemos. Quer registrar a presença, Deputada Dr^a Taíssa?

Mais algum deputado gostaria de se manifestar? Deputado Camargo, que se encontra on-line, se quiser se manifestar...

Vamos, então, ao início dos questionamentos.

Quero aqui agradecer a presença do nosso Secretário da Sedam, o Marco Antonio Lagos. Quero enfatizar que sempre – sempre – que esta Assembleia Legislativa convidou o Secretário, ele esteve presente, trouxe equipe técnica, não mediu esforços para esclarecer todas e quaisquer dúvidas deste Parlamento. E nós agradecemos e admiramos a sua postura, Secretário. Sabemos da sua preocupação com o meio ambiente, sabemos da sua preocupação com o desenvolvimento. Eu tenho absoluta certeza da sua dedicação, da sua competência. E sou sabedor, tenho conhecimento que esta questão ambiental tem muitas coisas que vêm de cima para baixo, tem muitas situações que vem do âmbito federal, não é?

Mas, agradeço a sua boa vontade e nós vamos precisar muito da sua pessoa, Secretário, nesses embates ideológicos, entendeu? Aclarar algumas situações. E, muito obrigado pelo trabalho e por estar sempre à disposição da Assembleia Legislativa.

Como a Deputada Dr^a Taíssa é autora do Requerimento do convite do Secretário, vou passar aqui para a Deputada Dr^a Taíssa iniciar aqui os questionamentos.

Quero agradecer também ao Doutor Framber, da assessoria da Casa, está sempre participando das reuniões, muito dedicado, parabéns por desempenhar tão bem a sua função.

Com a palavra agora, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Primeiramente agradecer ao Deputado Alex Redano. Como você falou, realmente, o nosso Secretário da Sedam é extremamente proativo. Eu mesma já necessitei de algumas pautas na minha região, prontamente ele me atendeu.

Obrigada. É isso que a gente precisa. Como diz o nosso governador: o deputado, às vezes, só quer ser atendido e resolver o problema que precisa resolver, porque problema do deputado é o problema do povo. E que, principalmente, Rondônia é o melhor Estado para se viver.

E só passar alguns questionamentos e agradecer mesmo, Secretário. Aqui o senhor é convidado porque é uma pauta que envolve a sua Secretaria e, principalmente, envolve o Estado de Rondônia. Agora vamos para os questionamentos.

Nós sabemos que o CAR (Cadastro Ambiental Rural) foi criado através da Lei 12.651/2002. E ele não deixa de ser um requisito super importante e obrigatório, praticamente, para a questão em relação às propriedades rurais, tendo em vista que acaba sendo uma compensação em relação a essa situação dos embargos. Eu queria fazer alguns questionamentos bem simplórios para Vossa Excelência.

Gostaria de saber qual o quantitativo de propriedades rurais que nós temos dentro do Estado de Rondônia que já tem o CAR?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom dia a todos.

Deputada, eu vou direto à resposta. Nós temos aproximadamente, salvo engano, cento e poucas mil declaradas. Porque o CAR é em duas fases: é a fase declarada pelo produtor e a fase avaliada pela Secretaria, pelos técnicos da Secretaria. E nós temos aproximadamente 8 mil CARs aprovados em Rondônia. E vários ainda em análise sob pendência.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso que eu queria saber.

O SR. DELEGADO LUCAS - Perdão, quantos aprovados?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS -
Aproximadamente 8 mil, salvo engano.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O segundo questionamento é este:
eu gostaria de saber o quantitativo que está em análise.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Eu não vou ter agora de cabeça, mas é praticamente a diferença toda. Porque muitos CARs têm o problema de o que se declara de reserva legal, de APP (Área de Proteção Permanente) e outras questões ambientais, o técnico entende que não está fidedigno. E, ou ele nega ou ele pede algum dado complementar ao técnico que declarou o CAR. E esse dado, às vezes, demora um pouco e está um pouco lenta essa interação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecer para toda a nossa comunidade que está acompanhando on-line a nossa reunião. O CAR é um documento extremamente importante, pois ele é necessário para a retirada dos embargos à propriedade. E por isso mesmo que eu estou fazendo esse questionamento, porque nós sabemos o quantitativo de propriedades rurais que nós temos dentro do nosso Estado. E saber hoje que a gente só tem 8 mil, a gente sabe que é um número muito ínfimo.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, nós somos o primeiro lugar no Brasil. Para piorar com a situação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Podemos até ser, mas é ínfimo em relação ao quantitativo de propriedades que nós temos. Porque quando a gente olha os índices, eu sempre falo, a gente tem que sempre, por mais que a gente tem um desenvolvimento, nós sabemos que tem outras regiões do nosso país que estão dando um show, a gente vê em relação a situação do Mato Grosso mesmo.

A gente sabe que o grande problema que nós estamos tendo em relação aos embargos é justamente porque nós não temos a regularização fundiária, que a gente precisa tanto ultrapassar essa barreira e descentralizar do governo federal.

Mas, agora vamos para o outro questionamento. Qual está sendo o plano de trabalho ou o procedimento feito para essas análises do CAR e, principalmente, para a gente ter celeridade, não ficar em análise e realmente a pessoa ter essa documentação?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom, vamos lá. Primeiramente, deputada, o CAR não é um sistema estadual, ele não depende da Sedam. Nós temos algumas, eu chamo de customizações, que são feitas aqui em Rondônia, e poucas. Contratamos alguns programadores para agilizar essa manutenção do sistema, mas ele fica muito tempo fora do ar. O sistema é federal.

Até agora nós estávamos em discussão em qual Ministério ia ficar esse sistema. Se no Ministério do Meio Ambiente,

Ministério da Agricultura. Isso a União não definiu ainda. Nós temos a contratação de técnicos temporários para a homologação do CAR. E, deputada, a questão da homologação do CAR, depende também do técnico privado, do que faz a parte para o produtor, pois ele é quem declara a APP e ele tem que fazer a correção dos LPs (Licença Prévia). Muitas análises estão travadas nessa parte de definir onde vai ser a reserva legal e recompor a reserva legal, que é uma parte importante, porque após aprovado o CAR, ele tem que entrar com um plano de recuperação de área degradada para poder desembargar a área.

E, também, muitas vezes fica travado nesse quesito, que é: qual vai ser a reserva legal, onde vai ser a reserva legal e a questão da área de preservação permanente, as APPs, que há um certo conflito de ali, às vezes, o produtor não quer perder aquela área e o técnico entende que é uma APP; ou que deve ser uma reserva legal. Por essa razão há muito travamento. Um CAR chega a ser analisado até 10, 15 vezes. Até se definir. Alguns ficam parados porque o técnico não declara o local que ele entende que deveria ser correto.

E temos um outro problema também dos pequenos produtores que não têm condições de arcar e a gente não pode, não consegue fazer de plano toda a parte de avaliação e propositura. Então, isso dá uma travada, mas nós estamos avançando, contratando; contratamos vários, já, e estamos aumentando o número de técnicos para a questão do CAR.

Estamos avaliando a questão do SAF (Sistema Agroflorestal), que é uma saída para reserva legal para que ela fique produtiva ou, pelo menos, por um bom período para aliviar o produtor rural nesse período. Mas, a legislação a gente não pode se furtar à legislação ambiental, que em Rondônia, no caso da Amazônia Legal, é 80% de reserva legal.

Isso pelo Código Florestal. Quem desmatou a partir de 2008, propriedade que desmataram a partir de 2008.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como o nobre Secretário da Sedam até relatou, o CAR é um registro público eletrônico de âmbito ambiental, mas a análise é de dependência da Sedam, não é? Infelizmente, ainda há, como ele até mesmo falou, anteriormente quando o governo federal assumiu, ainda haveria uma dúvida em relação a essa situação. Mas, por que eu estou fazendo esses questionamentos? Até por causa das áreas de APP que são de uso restrito da reserva legal.

Justamente, Secretário, porque como o senhor mesmo falou, são técnicos temporários que vocês têm na Sedam. E o segundo questionamento que eu tenho é este: hoje, pela quantidade de análise que tem; hoje, pela situação que nós temos dentro do Estado de Rondônia, o senhor vê como suficiente ou o senhor precisa de mais técnicos? Até para ver como nós, Assembleia Legislativa, podemos ajudar para mudar essa realidade do Estado de Rondônia em relação a ter análise de uma forma mais rápida, porque sabemos que é pré-requisito para na área, serem retirados os embargos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Nossa quantidade de técnicos não está insuficiente, não. Ela está boa. Nós temos avançado muito no CAR. Tanto que somos o primeiro Estado da Federação em análise de CAR, em aprovação de CAR. O Brasil inteiro passa por problemas. O sistema anda instável. Temos muitos problemas. Em uma das reuniões que tive com a Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, havia estado com somente 10, 15 CARs aprovados, por problemas de sistema.

Rondônia é um Estado que está avançado e estamos com essa customização feita aqui em Rondônia com os... São oito programadores contratados pela Secretaria, que vão trabalhar exclusivamente no CAR, na manutenção do Sistema CAR. Acredito que nós avançamos muito.

Lembrando que o sistema sincroniza com Brasília e às vezes a sincronização demora. O analista chega a perder muitas horas somente aguardando a sincronização. E não dá para passar para outra análise porque é um sistema on-line. Você tem que seguir a etapa. Mas, nós estamos lutando ao máximo.

Acredito eu, que a gente também está comprando novos equipamentos, novos computadores, para ajudar. Mas, de qualquer forma é um sistema que é on-line, ele está travado e todo o Brasil tem o mesmo problema que é a sincronia com o sistema federal.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Secretário, nós estamos visualizando um sistema do nosso Governador Marcos Rocha, que é de excelência, que é levar de uma ponta a outra do Estado um trabalho móvel em relação aos cursos técnicos e vários trabalhos dessa descentralização, através do Governo Itinerante, também.

E eu pergunto ao Secretário: nós precisamos hoje, diante dessa ineficiência, em relação, assim, não falo que é do senhor - de forma alguma -, mas a gente sabe que é um sistema que vem gradativamente sofrendo há vários anos em relação a essa situação da documentação. Pela sua análise, nós precisamos de mutirão para inscrição ou aprovação dessa documentação, para gente ter mais celeridade?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - A Sedam tem feito mutirões por regiões. Dessa questão do CAR, nós precisamos, acredito eu, à primeira vista aumentar a conversa com os produtores também, os técnicos. Estamos tentando e nós estamos avançando muito. O sistema não é simples. Se fosse simples vários Estados já teriam resolvido. É complexo.

Eu tive uma reclamação sistêmica que o técnico demorou quase sete horas para avaliar um CAR em razão do sistema que travou. E não adiantava, ele não conseguia passar para outro, não fazia nada. Ficou naquele. Então, é um problema sistêmico mesmo, uma das lentidões. Mas, nós estamos avançando, deputado, e vamos avançar muito na análise do CAR, que é uma ferramenta de gestão ambiental. Ela não é uma ferramenta fundiária. Ela é uma ferramenta de gestão ambiental. E o Estado está avançando muito nisso. Como também está avançando na questão fundiária, que é um problema do Estado de Rondônia.

Graças à Assembleia e ao nosso Governador, foi criado o Instituto Terras de Rondônia - a pedido do governo, mas com a aprovação desta Casa de Leis - e nós estamos avançando na questão fundiária que também é importante para resolver a questão ambiental.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tendo em vista as colocações que o senhor falou, até a questão de computadores e tal, até uma sugestão para a situação móvel mesmo, eu pergunto também da minha região específica mesmo. Está sendo feito um mutirão na minha região ali? Tem pelo menos um plano de ação, de qual período que seria para fazer esse mutirão em relação aos CARs? E o que nós, como Assembleia Legislativa, podemos fazer para auxiliar, para ter essa agilidade nessa prestação de serviço?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, eu não tenho de cabeça, Guajará, quando vai ser. Nós vamos tentar ir para todas as fases do Estado. A primeira que estávamos resolvendo era a questão de Cerejeiras, pois lá há um problema na bacia do rio Araras, uma seca um pouco grande naquela bacia e algumas ações civis públicas que o MP (Ministério Público) entrou. Então, nós estávamos resolvendo na região do rio Araras, até para usar como laboratório para outras regiões, para a gente corrigir, porque em um mutirão há pequenos problemas que a gente vê *in loco*. Na teoria tudo é fácil de resolver; na prática a gente acaba vendo alguns problemas. E estamos usando a região do rio Araras como laboratório para avançarmos nessa questão.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Posteriormente, depois, se puder mandar por escrito, até mesmo direcionado para nossa reunião aqui ou para o meu gabinete, agradeceria, até para poder comunicar nossa comunidade local. Mas, qual é o plano de ação? Porque eu sei, a gente sabe que o CAR é um instrumento público, gratuito e que precisa de muita informação, porque uma coisa sou eu que sou advogada, que estou aqui no Parlamento e estou como deputada. Mas, outra coisa é quem está lá na ponta, quem é produtor, que não tem esse conhecimento e muitas vezes não tem nem internet na propriedade. Qual o procedimento de divulgação, plano de trabalho e de realmente informação que a Sedam está tomando para a gente poder melhorar essa situação para a comunidade do Estado de Rondônia?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, a comunicação é feita através do e-mail de quem faz o

cadastro no CAR. Ele é obrigatório ser feito on-line. E é feita a resposta por ali, através dali a gente aguarda o retorno da parte técnica dos engenheiros privados. Geralmente, muitos são feitos por órgãos de governo como a Emater. E faz um retorno para a parte técnica do processo. É um processo, um procedimento que aguarda a manifestação da parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Acredito que o Secretário não conseguiu compreender. Talvez eu não fui clara no questionamento.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Desculpa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quando eu falo em publicidade, assim, quando alguém tem interesse em fazer o CAR, ela faz o registro, naturalmente ela vai receber um e-mail de confirmação. Eu estou falando para aquela pessoa que precisa e não sabe que é necessário esse serviço. Aquela pessoa que está lá na ponta, que ela não sabe a importância de ter o CAR na propriedade, que ela não sabe que através do CAR ela vai ter a desobstrução depois de todos os trâmites, que é um requisito para a área dela não estar embargada; que mesmo que ela tenha sanado qualquer irregularidade que supostamente possa ter, automaticamente, sem esse cadastro nacional, ela não vai ter a área dela liberada e ela vai continuar sendo bloqueada.

Eu estou falando para aquela pessoa que necessita e que não sabe qual é o plano de ação de publicidade e de informação que a Secretaria está fazendo para o Estado de Rondônia.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, podemos até pensar em um plano, porque geralmente o agricultor faz o cadastro. O SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) não é uma coisa nova, não é um sistema novo, ele já é antigo e os produtores têm, a maioria fez a declaração. O maior problema no CAR é quando há pendência, alguma questão técnica; e quando há o embargo na área ou qualquer outro embargo, a gente orienta que procure os órgãos auxiliares como Emater, Secretaria de Agricultura. Os municípios têm uma parceria muito grande. E a maioria dos produtores têm, sim, o CAR. Já foi um produto muito divulgado no Brasil, não é um produto novo.

A maioria tem o CAR e a grande dificuldade são algumas retificações e questões de reserva legal e APP, que é muito discutido, pois o produtor não quer perder sua área, uma área produtiva. Ele entende que não é para perder. E aí há algumas questões técnicas, mas tanto que o número de cadastro é muito alto em Rondônia, é baixo de aprovações, mas o cadastro é alto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Aproveitando aqui, Secretário, eu vejo, assim, super importante o seu trabalho, vejo que os índices de Rondônia são importantes, mas nós precisamos ser referência a nível até internacional. Então, o que eu posso visualizar é que nós precisamos de um plano de ação realmente de publicidade da necessidade desse cadastro. Porque é gratuito e que as pessoas, muitas vezes, não sabem.

E, às vezes, até com trabalho de mídia, através da própria Secretaria, é uma sugestão que eu faço para os demais pares para que nós possamos fazer uma indicação coletiva para a Secretaria até ter um respaldo. Isso é uma situação

do Parlamento, e até poder destinar recurso da própria Secretaria para fazer um trabalho realmente de mídia, de publicidade, de informação. Não para quem faz o cadastro, mas para quem necessita e nem sabe que é necessário.

E outra coisa a mais: que a gente possa, uma sugestão de requerimento, que a gente possa fazer um trabalho de planejamento, um plano de ação, Secretário, para mutirões de deslocamento *in loco*. Porque isso vai ajudar aquele produtor que está lá na ponta; aquele produtor que está lá na 29, lá em Nova Dimensão; aquele produtor que está ali, no reduto do meu amigo ali, do meu amigo Deputado Lucas, lá em Jacinópolis; para aquela pessoa que está ali na ponta, que ela possa saber dessa necessidade de tirar os esclarecimentos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputada, só uma coisinha.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sim.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Há um convênio muito bom da Sedam com a Emater; e a Emater - que é o extensionista, que é quem chega no produtor - tem feito esse trabalho de conversa. Tanto que foram comprados as caminhonetes, drones, notebooks, com convênios da Sedam com organismos nacionais e internacionais, e cedidos à Emater, que tem ido ao nosso produtor. É um exemplo nosso que o CAR avançou muito em Rondônia - e não em outros Estados -, é essa parceria com a Emater, que só Rondônia que fez. Foi o primeiro Estado a fazer essa parceria direta.

E a Emater é o órgão que vai ao produtor. Eu sempre brinco que a Sedam, quando chega, é até mal vista, porque geralmente vai em fiscalização. E a Emater não, ela vai como auxílio. Isso há anos, historicamente isso. Então, por essa razão, a gente fez o trabalho com a Emater e eles têm feito um trabalho muito grande de apoio ao produtor rural pequeno. Porque o grande, ele procura, ele tem as suas facilidades. O pequeno vem através de órgãos do Estado. E a Emater tem sido nossa grande parceira.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, a gente sabe que qualquer convênio é importante. Mas, eu também não posso deixar de ressaltar que, infelizmente, o quadro da Emater está desfalcado. Isso é uma realidade que todos nós encontramos aqui. Falei na Rondônia Rural Show, repito de novo: nós não temos o quantitativo de técnicos suficientes. Eu tive a tristeza de chegar ali na Emater, ali em Jaci-Paraná, e ver um técnico tendo que limpar o chão porque o serviço não é terceirizado e ele não tem ninguém para fazer. Ele tem que roçar ao redor do prédio, porque senão o prédio vai encher de mato, porque não tem o serviço terceirizado.

Então, assim, acho importante o convênio, mas até sei da dificuldade. Falta muito técnico, as pessoas reclamam, o produtor reclama, o técnico não sabe o que fazer porque ele quer atender, mas é tanta gente para ele atender que ele não consegue. Nós precisamos de um concurso, nós precisamos aumentar o quadro técnico. E sei da importância do convênio, mas sei que é mais uma obrigação para a Emater, que ela, infelizmente, pelo quantitativo de pessoas que tem lá, hoje é insuficiente para atender os produtores.

Tanto é que várias produções, as pessoas estão desistindo da área rural porque, muitas vezes, vai fazer lá

um plantio, não tem a assistência técnica que precisa e acaba, infelizmente, gastando dinheiro, falindo, não tendo condições e acabando por aí. Mas, em relação a essa situação, eu gostaria de ver se os demais colegas para que a gente possa desenvolver um plano de trabalho em relação a chegar na ponta essa informação e, conseqüentemente, melhorar a publicidade em relação a essa situação do CAR, que eu acho que é super importante para todos os produtores rurais do nosso Estado de Rondônia.

E para não deixar o meu colega de parlamento mais aflito do que ele já está, o Deputado Pedro Fernandes – por causa que nós temos viagem daqui a pouquinho para Brasília –, para finalizar minha fala, Secretário, muito obrigada. Obrigada, de coração, pelo esclarecimento.

Queria ver se os meus colegas pudessem aprovar os dois Requerimentos, até para lhe dar base de remanejamento de valores para essa situação, que eu acho que é super importante para a nossa comunidade. E também quero saber o plano de ação, quando tiver, para a minha região de Guajará-Mirim, para que eu possa acompanhar o Secretário e também falar para a nossa comunidade da importância desse trabalho.

E dizer para você que você vem fazendo um trabalho com muito cuidado, dentro da Secretaria, como o Deputado Alex Redano falou: não é uma coisa daqui, mas é uma coisa que vem de cima para baixo. Como advogado, nós sabemos que o que a gente não cumpre a gente é penalizado e podemos ir até para a cadeia por causa disso. E ninguém quer isso. A gente quer fazer o que é certo.

Então, passo o Requerimento para os demais colegas, para ver se eles possam aprovar, para que a gente possa pontuar essas duas situações. Passo para o senhor a palavra, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputada Taíssa. Parabéns pela dedicação ao tema.

Antes de passar a palavra aqui, só falar para vocês...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Questão de Ordem. Queria pedir para a Deputada Taíssa: vamos aprovar o Requerimento no final, depois que..., aí aprova todos. Pode ser? Anota direitinho para, no final, você faz e a gente faz uma aprovação só.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nós estamos ao vivo? Cadê o pessoal da técnica? Que eu estou recebendo aqui um monte de perguntas e comentários, e a gente não vai conseguir devido ao tempo. Mas, eu vou abrir exceção, um internauta mandou aqui... Ah, não pode? É, está certo. Vou me ater, depois eu passo pessoalmente, que eu achei uma pergunta muito interessante.

Mas, vamos passar aqui para o próximo deputado. Passo a palavra aqui ao nobre Deputado Delegado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS - Obrigado, Presidente. Só registrar, Secretário, se o senhor puder talvez a melhor forma seja emendar um dos Requerimentos da Deputada Dr^a Taíssa, pedindo que se acrescente do plano de ação de Guajará também a região de Buritis, para que eu possa receber essa informação também da minha área. Positivo, Secretário?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Positivo.

O SR. DELEGADO LUCAS - E aí eu tenho algumas perguntas aqui para Vossa Excelência e talvez algumas delas nem se direcionem à pasta do senhor. Se eu estiver equivocado aqui no seu direcionamento, peço desculpas.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Tranquilo. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas talvez, não sei se... o Iteron (Instituto de Terras de Rondônia) foi criado, a passos ainda embrionários, e a Sepat (Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária) também talvez seja a pasta apropriada.

A minha pergunta, e até peço desculpas, mais uma vez, caso pegue o senhor desprevenido: se há uma informação quanto ao percentual de propriedades em Rondônia que não tenham documento?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Não tenho essa informação, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Nós precisamos ter um conhecimento, em dados, de qual é essa parcela, Deputado Pedro, de quantas propriedades rurais de Rondônia, elas representam, Doutor Doca; quantos por cento do total das propriedades rurais que nós temos hoje, cadastradas ou não, quantos por cento delas ainda precisam da regularização,

seja em área de reserva ou não, áreas passíveis de regularização ou não.

Essa pergunta é muito pertinente para que a gente possa avançar do ponto de vista de ter os dados mesmo, para a gente saber qual é a real proporção do problema em Rondônia, da falta de documentação, de titularização.

A segunda pergunta decorre dela. Aí eu não sei, talvez essa seja uma pergunta que será direcionada futuramente ao Iteron, mas atualmente à Sepat ou à Sedam, ou a ambas. A segunda pergunta seria praticamente a mesma: desse percentual de propriedades que não têm documento: quantos por cento delas estariam dentro das reservas? Para que nós tenhamos a noção, afinal de contas nós estamos aqui falando de forma empírica e nós temos que ser técnicos.

Então, 50% das propriedades rurais de Rondônia não têm documento? 70%? 80%? 10%? E quantos por cento das propriedades rurais de Rondônia, com ou sem documentos, estão dentro – com certeza, sem documento – de reservas? Então, que montante é esse? Para que nós tenhamos noção do real problema que se avizinha, do tamanho. A Deputada Dr^a Taíssa falou aqui, mais cedo, do rastreamento.

A nossa economia hoje que se baseia muito em produção de gado, em pecuária. Quantos por cento desse gado está sendo produzido em área que não tem documento, dentro de reserva e aí sendo feito alguma saída ilegal, muitas vezes, para que possa ser produzido? Nós temos que saber porque, a depender do tamanho desse montante, o prejuízo, no futuro, pode ser muito maior para o Estado de Rondônia.

Então, essas duas perguntas acredito que vão ter que ser encaminhadas por Requerimento, não é, Secretário?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputado, eu não tenho ideia de quantos. Essa questão fundiária eu não me atentei a ela até hoje, mesmo. Eu sei que existem...

Vamos lá. Reservas: cada uma tem a sua história. Eu sempre brinco que a gente não pode nunca confundir a história de cada reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS - Devem ser tratadas individualmente.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Individualmente. Existem reservas que não havia pessoas dentro. Elas foram criadas e ficaram intactas por muitos anos, e aí depois houve invasões. E existem outras que eu digo que a reserva invadiu a área privada, como é o caso do Soldado da Borracha, que é um dos exemplos em que havia pessoas com escritura pública de terras e que a reserva foi criada. Pode criar uma reserva em área escriturada? Pode. A lei não proíbe. Existem regras de indenização, mas pode-se criar. Não estou dizendo que eu concordo ou discordo, eu só estou dizendo "pode-se criar".

Existem algumas reservas que invadiram áreas em que havia pessoas dentro. No caso do Soldado da Borracha, não se permitia a criação de gado, lá permitia-se somente extrativismo, na época, pelo Plano de Gestão Estadual.

Mas, eu tenho que ver, levantar esses dados melhor, refinar melhor. Lembrando que as 11 reservas foram criadas há muito pouco tempo, que inclusive é o tema da discussão desta CPI, desta Comissão.

Mas, eu não tenho agora os dados de quantas terras existem dentro, até porque também temos outro problema: muitas vezes, a pessoa entra na área e ela passa para outro depois, que funde. Ela desiste da invasão por algum problema, é multada, ou tem alguma coisa, desiste e o outro assume o local e acaba mudando muito essa quantidade de donos, vamos dizer assim.

Mas, eu posso, dentro de áreas de reserva, eu posso procurar tentar levantar. Lembrando, são informais. Não existe uma formalidade na terra, porque boa parte delas são totalmente ilegais.

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim, obrigado. Acho que devemos avançar no sentido de construir uma base de dados nesse sentido.

Caminhando aqui para o encerramento das minhas perguntas, Secretário. Eu gostaria de saber do Senhor Secretário, se há uma estimativa do custo do reflorestamento de áreas degradadas, caso o Estado venha a ser onerado com essa prática, por hectare ou por alqueire. Eu ouvi dizer já entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil por hectare e já ouvi dizer R\$ 33 mil também.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Varia da área, deputado. Se é uma área com criação de gado próxima, eu tenho que fazer o isolamento dessa área com cerca. E aí tem um custo mais elevado. Se não, é meramente deixar a natureza agir por si é um preço, se eu preciso fazer um reflorestamento ativo com plantação de mudas e tudo mais tem outro preço. Imagina em torno de R\$ 25 mil por hectare.

O SR. DELEGADO LUCAS - E a última pergunta é se, atualmente, há no Estado de Rondônia alguma região, alguma área que, de fato, há um programa de reflorestamento por parte da Sedam. Se já está sendo feito em algum lugar do Estado de Rondônia, seja ativo ou não. Nesse sentido.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom, vamos lá. Temos, sim. Nós fomos condenados há um tempo a reforçar uma Rebio (Reserva Biológica) federal, condenados pela Justiça, determinado. Estamos fazendo o plano de recuperação da área degradada para reflorestar. Inclusive, nessa sentença determina que o Estado entre contra o ex-governador acusando-o por discurso, causar o desmatamento da área. Isso vai ser discutido pelo próprio governador na Justiça, mas é o Estado que foi condenado nós estamos levantando. Nós temos muita recuperação em área privada.

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu não acompanhei. Qual a área?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - É a Rebio do Jarú.

Fomos condenados e estamos fazendo já o plano para o reflorestamento dessa área, cercamento e tudo mais. Quem vai determinar qual é a forma são os engenheiros, óbvio. Nós temos um programa de reflorestamento em reservas legais do Estado, de forma ativa. Vamos tentar a missão de 500 hectares.

Estive no Acre há poucos dias vendo como eles estão fazendo um SAF - Sistema Agroflorestal, que em um período, um longo período até, ele planta algumas culturas perenes na

reserva legal, os pequenos, só pode ser pequeno produtor. Ele planta junto com floresta. Enquanto a floresta vai crescendo ele vai produzindo café, banana. Nós temos um exemplo muito bem sucedido em Extrema, que trabalha com cacau e cupuaçu.

E eu fui verificar lá, porque o Acre é um dos Estados que tem um grande sistema de SAF, muito bem sucedido e uma comunicação muito boa com o pequeno produtor. Eu fui ver como foi feito na prática. Como levar esses cursos ao pequeno produtor, como é feito o SAF. Fiquei muito feliz com o que vi. Não dá exatamente para copiar o sistema acreano para Rondônia, porque são Estados diferentes com economias diferentes. Fui eu e técnicos, óbvio, eu não fui sozinho, fui com meus técnicos engenheiros agrônomos que verificaram e nós estamos já avançando nisso, inclusive, para a questão de recuperação de reserva legal ilustradas aqui em Rondônia, o SAF é uma saída muito boa. Ele permite um manejo muito bom da área, com uma economia.

E como a gente sabe muito bem aqui das principais culturas que nós temos, um SAF aqui em Rondônia vai ser, com certeza, cacau, cupuaçu e café. Que são produtos que já estão inseridos na nossa economia, isso ajuda muito. Também a banana e entre outros.

Mas, nós temos a missão de recuperar 500 hectares. E nós temos várias áreas e vamos ter que fazer o plano de recuperação das áreas dos parques que foram invadidos e que a Justiça já determinou a reintegração. Esse contexto terá que ser feito.

O SR. DELEGADO LUCAS - É muito importante que seja disseminado que o reflorestamento, a recuperação das áreas degradadas não inviabiliza a atividade econômica.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Não. Não mesmo.

O SR. DELEGADO LUCAS - Exatamente. Há no imaginário popular a ideia de que economicamente seria inviabilizar a propriedade. Enquanto que a produção do café, do cupuaçu, da banana, etc., configura reflorestamento, ao mesmo tempo em que produz uma atividade econômica à propriedade.

E eu tenho uma curiosidade. Talvez se os demais colegas concordarem, de quanto custaria, essas perguntas são para encaminhar para esse sentido. A CPI trata sobre criação das 11 reservas. Das quais acredito que todas elas já estão antropizadas em diferentes graus e medidas. Umas mais, outras menos. Se há alguma estimativa de quanto custaria para o Estado a recuperação de toda essa área degradada das 11 reservas que foram criadas. Qual seria o custo?

É claro que eu acredito que não há um estudo pronto, porque o próprio estudo é caro. E muito mais caro será, naturalmente, essa recuperação - que é uma recuperação que eu acredito e sonho com isso -, que pode ser atribuída ao atual ocupante da área. Porque, pela nossa região de Buritis, eu tenho plena certeza em afirmar, que há toda a intenção de que o produtor caminhe para o desmatamento zero, para a poluição zero, para a queimada zero e para a recuperação de áreas degradadas; seja ela com a viabilidade econômica ou não, conforme foi orientado pelo Estado, arcando o particular com o alto custo desse reflorestamento, que é de difícil administração por parte do Estado.

Imagine, se o Estado tiver que arcar com os custos de um reflorestamento de todas essas áreas que nós não sabemos

nem qual é esse percentual no Estado inteiro, de áreas que estão dentro de reservas? Talvez a gente não tenha caixa para tanto, mas o proprietário, eu tenho certeza, estará disposto.

E só o que ele quer é ter dignidade para continuar na sua propriedade, seguindo as diretrizes da Sedam, do Estado, dos órgãos de controle, para que ele possa produzir de forma sustentável, se adequando à lei e podendo ter os seus direitos e seu sustento garantido.

Obrigado, Secretário. Eu estou muito satisfeito com suas respostas.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Eu vou fazer alguns comentários sobre recuperação.

Eu estive em uma área de recuperação ativa, feita pela Rio Terra. É uma ONG que tem aqui, de Rondônia, inclusive com filial em Berlim, na Alemanha. Importantíssima. E a gente viu que não é fácil, a recuperação. Ela começou bem e deu uma travada porque há espécies invasoras, matos e pragas, que atrapalham. Então, a recuperação de cada área depende de um estudo que o engenheiro vai fazer da área, ela é delicada. Isso no público, no caso das áreas de reserva, as grandes áreas. As privadas, nós estamos estudando formas que o nosso produtor tem.

Não é só reflorestar, é como fazer. Isso demanda tecnologia, estudos. E o que nós fizemos? Eu fui ao Acre verificar, já determinei à minha equipe que verifique as melhores formas de fazer o SAF (Sistema Agroflorestal), para que nós possamos dar essa assistência ao pequeno produtor. O grande, ele faz por conta. Nós precisamos ajudar o pequeno e o médio produtor. O médio também é importante, porque o

médio, ele também reclama, que não é grande suficiente para fazer por conta e nem entra em plano de governo; mas nós vamos auxiliar, sim, no que pudermos e esse custo, uma parte, o Estado vai ter que arcar.

No caso das reservas, meramente isolar. Se ninguém trabalha a área, a natureza toma, ela dá um jeito de recuperar. Ela se recupera. No máximo, a gente vai precisar auxiliar jogando semente. Ela vai se recuperar.

Agora, nas áreas privadas têm um problema, porque não pode ter entrada de animais, que cessa a regeneração. E nisso vai ter que ter o isolamento, mas nós temos que dar uma alternativa ao produtor. O produtor rural – isto é a visão do Governo Marcos Rocha, é a minha visão, e, com certeza, de todos os deputados – produtor rural não é bandido, não; é trabalhador. Nós temos que respeitar esse povo, respeitar e muito. Respeitar o trabalhador, respeitar a lei e, “como fazemos isso?” é que é um jogo difícil, mas nós vamos lutar ao máximo para fazer. Foi a ordem do meu Governador e a minha forma de pensar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Satisfeito? Passo a palavra para o nosso nobre deputado, que também é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Bem, Secretário, eu sei que o senhor herdou essa herança, o Governador Marcos Rocha também, porque Rondônia é um Estado novo de 40 e poucos anos e eu também vim para cá e sou novo também, tenho mais ou menos a idade do Estado de Rondônia. Então, a gente vem acompanhando todo esse decorrer e vamos nos ater à questão da nossa CPI, que são as reservas.

Secretário, quanto o senhor conhece do teor, do que consta dentro dos processos administrativos que deram origem à criação dessas 11 unidades de conservação, em 2018?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Deputado, vou ser bem real. Conheço pouco, pois, quando cheguei na Secretaria já eram criados, já tinham sido judicializados e julgados pelo Judiciário. Em razão disso e do volume de trabalho que a Sedam tem, que é enorme, eu me ative menos a elas, pois, é uma questão que foi judicializada e fui procurar estudar e tentar resolver o que eu ainda podia resolver mais rápido: que é o caso do CAR, que é tentar alternativas à recuperação das áreas privadas que não estavam sendo discutidas.

Essa eu deixei para um momento posterior de estudo, em razão de que, nesse momento, se eu gastar energia com tudo, eu não faço nada. Eu procurei áreas que eu tinha como mudar alguma coisa, e, foi inclusive na minha gestão, sob determinação minha, uma ideia dos meus coordenadores e meus servidores, valorosos servidores da Sedam, que nós conseguimos um trabalho na Comunidade Rio Cautário de venda do pirarucu. Conseguiram, estamos tirando o peixe da água, que é uma praga para a região, e gerando uma economia para comunidades tão necessitadas. E aí me ataquei nessas questões e deixei realmente o processo de lado, pois tinha sido judicializado e pouco eu podia mexer naquele momento até a finalização dos recursos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Como o senhor teve a cortesia de atender a um convite desta Comissão aqui junto com o nosso Presidente, o Deputado Alex Redano, e nossa Deputada Dr^a Taíssa, eu vou fazer alguns questionamentos. E

se o senhor quiser anotar e responder depois por escrito, com calma, porque como o senhor mesmo diz, eu sei que o trabalho da Secretaria tem um volume de demandas, são projetos de manejo, são licenciamentos, demandas, é uma demanda infinita, não é? A questão, a gente sabe que o senhor vem com uma visão proativa, pensando no desenvolvimento do Estado de Rondônia, como nosso governador tem pontuado, e pensado nas pessoas que estão lá e nessas áreas, nessas propriedades.

Secretário, é fato já comprovado, sem margem de dúvidas, que inúmeras foram as irregularidades cometidas no processo de criação dessas unidades. Tanto é que o próprio Governo do Estado, no caso da criação da estação ecológica, declarou nulo para todos efeitos o Decreto 22.690, de 20 de março de 2018, por meio do Decreto 27.565, de 28 de outubro de 2022. É um questionamento. Também sabemos que esse Decreto tem liminar suspendendo seus efeitos até que se julgue o mérito.

Diante desse cenário, eu pergunto ao Secretário da Sedam, o que tem feito evidentemente por meio da sua procuradoria jurídica para elucidar o Ministério Público e o próprio Tribunal dos vícios insanáveis? Tem algum questionamento?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - No caso do Soldado da Borracha, foi um caso que a gente se ateuve um pouco mais. Como eu falei, não estudei as 11 reservas, mas o Soldado da Borracha a gente se atentou um pouco mais por uma questão de que eles procuraram muito a gente. A gente foi atrás, porém o Judiciário, eu entendo pessoalmente que foi ilegal a forma que foi feita a criação. Houve ilegalidade; que deveria ser anulado. Porém, o Judiciário

suspendeu a nulidade feita pelo Governador e agora nós dependemos da finalização dessa questão.

Sempre estamos dispostos, a Secretaria, através dos seus técnicos, da nossa Procuradoria e desse Secretário, a qualquer pessoa explicar a situação e passar as informações necessárias. Entendo eu ser nulo o ato de criação por questões formais legislativas. Eu entendo que foi acertada a decisão do Governador de decretar nulidade, porém o judiciário já se manifestou e cabe a nós cumprirmos a decisão judicial.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Correto. Secretário, de todos os vícios existentes elencados no Decreto 27.565/2022, que evidentemente se aplicam a todos os demais decretos, existe um que é matéria de ordem pública. Um que o senhor, como jurista que é e sabe, que ainda o Direito privilegie o meio ambiente, não há como ser superado que é de fato do instrumento normativo que criou essas unidades, criando obrigações, direitos e deveres, nunca ter sido publicado, pois comprovadamente os Decretos publicados não tinham a necessária assinatura do governador na época.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - É, o Decreto foi publicado sem a assinatura do governador. Foi assinado dias após. É o entendimento nosso também. Porém essa matéria, infelizmente ou felizmente, está judicializada, o Judiciário vai decidir, não é? Eu também não concordo com o regime jurídico que foi escolhido para o Soldado da Borracha. Não há dúvidas que ali é um corredor ecológico. Não há dúvidas quanto a isso. Agora, a extensão da reserva e o regime jurídico em que ela foi inserida, uma estação ecológica, o regime jurídico mais restritivo que

existe. Ele só permite a entrada de pesquisador previamente autorizado. Mais nada do que isso. Eu entendo, entendo eu que não havia necessidade de ser um regime tão restrito.

Nós temos outros regimes que permitem inclusive a exploração sustentável, como é o caso de fazer uma floresta estadual lá. E aí você tem a exploração de manejo florestal sustentável, que eu pessoalmente acho importantíssimo para o Estado ter esses manejos. Não ataca o meio ambiente, gera economia, pois tira a madeira para as cidades, onde vai industrializar e transformar em produtos dos mais diversos níveis, de forma sustentável, em que a ciência da engenharia florestal já provou ser correto. Mas, infelizmente, foi criado como estação ecológica e nós aguardamos agora o desfecho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muitas pessoas, às vezes, discordam da instalação dessa CPI. Mas, existem muitas dúvidas desse ordenamento jurídico que foi imposto, porque não... Muitas vezes decide o contexto, não decide o mérito da matéria e nós vamos... Essa CPI é para isso, para a gente discutir, realmente, quais os critérios foram usados, como foi... Então isso aqui é muito sério.

E nós vamos aprofundar nesse debate porque diante disso, ainda que esses instrumentos jurídicos não existam, que não exista no mundo jurídico algumas coisas que foram feitas, que a gente... Eu, que sou leigo, quando eu vi um pouco o processo da criação, eu percebi ali coisas que... eu que sou leigo. Então eu peço, assim, ninguém está aqui afrontando nenhum órgão de controle, nem o Tribunal de Justiça, mas é de deixar a gente confuso. E a justiça tem que fazer justiça, trazer às claras.

O órgão ambiental está a notificar as pessoas moradores – na sua maioria, há mais de 20 anos – com títulos expedidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), áreas escrituradas. A gente tem que deixar bem falado aqui que o Estado simplesmente invade, sem a regular desapropriação, indenização. Mais grave ainda, um ato normativo nunca publicado. Não seria caso de a Sedam sentar com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com os órgãos de controle? E propor, além de aclarar essa situação, estabelecer um prazo para que se entabule um ajustamento de conduta?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Deputado, essa questão das notificações, o MP (Ministério Público) de Contas logo após o julgamento de inconstitucionalidade dos Decretos que revogaram a criação das 11 reservas, a Sedam foi intimada para que explicasse o plano de ação quanto às reservas novas criadas. E que o primeiro passo foi notificar as pessoas, até para a gente identificar e notificar, que eles estejam cientes que a área deles está em uma reserva criada. Até para que eles possam até procurar o Judiciário, ele tem que ser intimado.

Então, um ato que eu determinei foi que intimasse as pessoas para que a gente possa começar essa discussão. Não determinei a saída de ninguém, no momento. Não foi, não é o momento. Mas, eu precisava notificar para que elas tivessem ciência de que ali agora passou a ser uma estação ecológica ou uma outra reserva. Mas, eu acho que o caso que Vossa Excelência está falando é o caso da Estação Ecológica Umirizal. Na região, salvo engano, ali do Abunã.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Isso.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Perfeito. Eu determinei a intimação. Não foi retirado de ninguém, mas a intimação sou obrigado, visto que ali, pelo Judiciário, foi reconhecido como uma Estação Ecológica. Não cabe a mim discutir a criação dela mais, e, sim, tomar as medidas administrativas. Eu comecei pela intimação das pessoas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, o senhor está cumprindo uma determinação do Tribunal de Justiça, não é? É isso?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - É, a partir do momento que ele cria a Estação, que ele determina que foi criada a Estação Ecológica, cabe a mim gerir essa Estação Ecológica, nos termos dos Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. E a Estação Ecológica não permite...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É o Tribunal de Contas que recomendou?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - O Ministério Público de Contas.

O SR. PEDRO FERNANDES - O Ministério Público de Contas com a recomendação, passo-a-passo, não é?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS -
Recomendação, mas está correto, porque do momento em que eu
não posso...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É só para a gente,
aqui na nossa CPI, a gente saber o procedimento. E ninguém
está aqui... Esse questionamento é para a gente alimentar
aqui o nosso relatório. Eu tenho uma obrigação, como relator
dessa Comissão, em dar uma resposta para a população. Então,
quero que o senhor...

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Eu também
fui intimado... Não, não, desculpa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É bem tranquilo sobre
esses questionamentos, porque isso aqui a gente tem que
buscar essas informações.

Secretário, posterior a essas notificações, só porque
a gente precisa também ter um norte de como é o procedimento.
Qual e quando será o próximo passo para a retirada das
pessoas, benfeitorias e animais dessas áreas? Tem já uma
programação? Existe uma previsão?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Ah, no
momento, não tenho aqui de cabeça. Há um plano, um das 11
reservas, de gestão delas. Mas, no momento, não tem data,
ainda não para a retirada das pessoas, não. Até porque eu
guardo até, e peço que as pessoas judicializem, porque,
para mim, fica muito confortável quando o Judiciário se
manifesta na questão.

E uma coisa é o grande, as associações maiores, questionarem, há próprio questionamento da lei junto ao Tribunal de Justiça direto. A outra é o questionamento do pequeno junto ao Judiciário. Tem outra questão. E é um direito do proprietário da área, que ele reivindique a indenização. E isso passa a contar a partir do momento da intimação, era um ato necessário. E eu peço que as pessoas defendam o seu direito. Eu nunca vou ser contra o direito de defesa. E um dos atos para a defesa é a intimação.

Eu fico com o coração na mão de ter que intimar pequenas pessoas. Não é a minha vontade. Porém, se eu não fizer, eu incorrerei em improbidade administrativa e levo até o meu chefe, o governador, ao mesmo problema. E eu sou pago para trabalhar e não permitir isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso é uma oportunidade, Secretário, de as pessoas entenderem esse processo. Porque o Executivo - eu fui prefeito -, e eu sei que quem é gestor, se ele for omisso, não cumprir com as determinações, ele também responde por isso.

É igual quando você quer questionar um talão de energia. Primeiro, você tem que pagar o talão, para depois entrar na justiça. Se você comprovar, eles devolvem o dinheiro. Então, a legislação é mais ou menos assim. E a gente vê que o Estado também tem interesse de resolver essa questão dessas reservas. E essa CPI aqui foi criada, Deputado Alex, com esse intuito, de a gente solucionar esse problema.

Esse, na verdade, é o último cartucho que nós temos. E nós temos que aproveitar bem, trazer os órgãos de controle para a gente conversar. Eu sei que tem pessoas com a ideia formada, mas nós não podemos pensar, temos que pensar os dois lados da moeda. Temos que fazer justiça para muitas

pessoas que estão sofrendo em depressão, em situação de desespero. E eles ainda não fizeram nenhum tipo de coisa, porque eles ainda têm uma esperança. E essas pessoas é que sustentam este nosso Estado, este nosso país, trabalhando.

Existem pessoas de má-fé no meio? Existem. Em todo lugar tem. Em todos os locais têm pessoas de má-fé. Mas, tem pessoas de boa-fé, pessoas que trabalharam, que tudo que elas adquiriram está dentro dessas propriedades. Por isso, nos motivou a dar uma resposta. E no final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a gente quer trazer uma resposta e ajudar o Governo do Estado a sair dessa situação que foi criada aqui no Estado de Rondônia para a gente ver, realmente, saber o fundamento da criação dessas áreas.

A Sedam – o Estado – tem algum projeto de indenização para as pessoas dessas localidades, ou pelo menos um local apropriado para abrigar essas famílias?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - No momento, a questão de indenização vai ter que ser vista a futuro, porque os valores vão ficar altos. Não são baixos.

Local hoje para alocar, não. Não temos. Quando há uma determinação judicial de desintrusão de uma área, nós procuramos a Secretaria de Assistência Social e a todos vocês aí que vão ser envolvidos para como lidar com aquela situação. Não é uma questão simples, mas não temos hoje um local para colocá-las, até porque são muitas áreas, e é complicado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, o problema não é só das pessoas proprietárias dessas áreas, é um problema

de Estado, é um problema nosso aqui da Assembleia Legislativa, é um problema de governo.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Na criação das reservas, deveria ter a alocação do recurso. Não teve. E aí é um problema que vai remontando para frente. Vai ter que ter.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não teve previsão orçamentária, não teve estudos, porque eu moro em uma região, lá em Cujubim, que o prefeito...

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Houve alguns estudos. Com certeza, não foram os que deveriam, mas alguns houve.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - É empírico. O estudo que eu observei um pouquinho dentro, é muito empírico. Eles não têm, não trazem a realidade. Não foi pesquisado e feito a fundo. Quem fez, eu não sei qual o intuito... Muitas vezes, eu não culpo o gestor, como eu sempre falei, porque nós, igual o senhor, que é Secretário: o governador confia no senhor. Os seus técnicos, o senhor confia neles. De repente, vem com alguma coisa embutida e, quando vê, cria uma situação dessa que a gente fica... Vamos achar a saída.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Vamos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nesse mundo, nós temos que buscar solução para o problema. O problema já está posto. O que eu peço é para que esse pensamento radical, puxando só para um lado, ele não pode. Nós temos que ouvir os dois lados e sermos justos nessa situação. E essa CPI tem que fazer esse encaminhamento.

Uma pergunta sobre o georreferenciamento, o termo de cooperação que foi pactuado entre o Governo de Estado e o Exército Brasileiro, que eu estive lá presente no dia, foi um momento... que vai se fazer o georreferenciamento de todas as reservas do Estado de Rondônia. Essas 11 reservas estão incluídas nesse projeto?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Estão sim, estão sim. O georreferenciamento está incluído, sim. É normal, é até obrigatório georreferenciar as áreas de Rondônia. Então, não tem... O georreferenciamento não significa que ele vai criar ou deixar de criar alguma coisa. É somente questão de mapa mesmo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu fico satisfeito desse georreferenciamento contemplar, porque nós vamos conhecer realmente a demarcação das áreas com precisão. Porque, hoje, nós temos algumas áreas, Deputado Alex, que ninguém sabe se está dentro da reserva, se não está. Estive lá no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), eu e o Deputado Delegado Lucas junto com o Deputado Thiago, que nos acompanhou, o Deputado Federal, e a gente via que nem o próprio governo federal tem a informação da delimitação das reservas que tem dentro do Estado de Rondônia.

Temos também questões, que não são pertinentes aqui, que são áreas onde foi criado reserva, e pertence, e vai ordenar isso aí. Então, esse georreferenciamento, o senhor tem uma previsão para quando finaliza esse trabalho, do georreferenciamento?

MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Não. Não tenho de cabeça aqui. Nós estamos ainda montando junto com o Exército, o plano de trabalho, que vai dar os custos reais e quais os produtos nós precisamos ter. Imagens de satélite, equipamento em si, isso está sendo feito junto ao setor de geografia do Exército, que é a parte técnica que vai dizer o que precisa. Mas, para esse mês que vem, salvo engano, a gente já termina o plano de trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Porque seria importante, antes do fim dessa CPI, a gente receber, não é, Doca? A gente receber esse referenciamento das 11 reservas.

Então, vamos para o encaminhamento. Passar ao Presidente, meus questionamentos são esses. A gente sabe que o tempo aqui é muito rápido. A gente entendeu que não tem um estudo ainda aprofundado na questão dessas 11 reservas, que o senhor não teve esse tempo, algum pontual. Então, a gente vai tratando no decorrer da Comissão e eu acredito que o senhor vai ser convidado novamente em outro tempo para a gente ir elucidando com mais tranquilidade, essas questões. Vou passar a palavra agora ao nosso Presidente para o encaminhamento dos Requerimentos, para finalizar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui parabenizar o Deputado Pedro, fez a lição de casa, veio preparadíssimo. Quero agradecer mais uma vez ao secretário.

O SR. DELEGADO LUCAS - Um aparte, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Só quero endossar o registro, eu até me levantei aqui para poder acompanhar mais de perto ali, com mais atenção. Parabéns Deputado Pedro, pela sua colaboração com essa CPI e tenho muito orgulho do trabalho que você tem desempenhado a frente à Comissão do Meio Ambiente aqui desta Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero falar para vocês que essa pauta é a principal pauta. Nós temos todo o tempo do mundo. Hoje, de uma maneira atípica, nós temos essa reunião em Brasília, que é a pauta ambiental também, que é sobre os embargos e alguns parlamentares tem o voo agora na hora do almoço, a Deputada Dr^a Taíssa, eu também. Por isso, hoje, de uma maneira diferente, nós demos uma celeridade um pouco maior. Eu ia até passar para o Deputado Delegado Lucas presidir, mas nós precisamos do quórum para aprovar.

Então, eu vou propor nós já fazermos as votações agora, dos Requerimentos. Eu vou colocar, e aprovo os três em seguida.

Então, Requerimento do Deputado Pedro, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Requerimento de documentos. Expedição de Recomendação Legislativa nos termos do Art. 28 B - eu requeiro aqui que o pessoal da nossa assessoria jurídica faça esse encaminhamento -, devidamente fundamentado e aparelhado nos anexos constantes dos autos instrumentalizados nessa Comissão, consignando que recomende ao Governo do Estado e Sedam que suspenda todos os atos de desocupação de pessoas já ocupantes das áreas antes da criação das unidades sob investigação, até a conclusão dos trabalhos dessa Comissão.

Recomenda ainda ao órgão ambiental que dê continuidade ao andamento dos processos de manejo florestal com processos administrativos já em curso nessas áreas, considerando que sua exploração é atividade legal sustentável, inclusive permitida em áreas de preservações ambientais, por conseguinte garantindo a preservação ambiental. E também, a estrada que dá acesso aos projetos de manejo que estão em outra área, que passa por essas áreas, a gente pede esse encaminhamento.

Reiterar solicitação de encaminhamento dos sete processos administrativos de criação das unidades de conservações já requeridos anteriormente. Reiterar, fazer um Requerimento reiterando cópia desses processos.

Cópia do processo administrativo da contratação dos serviços de georreferenciamento para regularização fundiária pelo então Programa Terra Legal. Fazer um Requerimento dessas áreas onde o Terra Legal atuou.

Requerer também cópia do montante de recursos em espécie e os bens recebidos do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) para o Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) no Estado de Rondônia e sua

respectiva aplicação, enumerando prestadores de serviços, objeto e valores de contratos.

Também vou fazer o Requerimento para aprovar aqui a nossa Comissão a prorrogação por mais 30 dias dessa nossa CPI, pois eu acredito que vai ser necessário. Como ela vence no dia 4, a gente já está solicitando esse Requerimento para prorrogar por mais 30 dias.

Esses são os meus Requerimentos e peço o apoio dos nobres parlamentares.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Para ficar fresco na mente aqui, vamos aprovar, mas não vamos aprovar em blocos; vamos aprovar de maneira individual. Coloco em apreciação aqui os Requerimentos feitos neste momento pelo Deputado Pedro Fernandes, Relator.

Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu voto a favor da recomendação, da reiteração dos pedidos, a recomendação da suspensão, a reintegração dos processos administrativos, do pedido de georreferenciamento, dos montantes de recursos que foram do Programa Arpa, e a prorrogação por mais 30 dias.

Ficou algum faltando, Senhor Relator? Então, voto favorável a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Muito obrigado.

Deputada Dr^a Taíssa, como vota?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim". Quero parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, um deputado super preparado, que trouxe pautas extremamente importantes. Obrigada, Deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu também voto "sim".

E, mais uma vez, enaltecer a dedicação a competência do Deputado Pedro Fernandes, que preside também a nossa Comissão de Meio Ambiente. Caiu como uma luva, esse cargo de presidente da Comissão de Meio Ambiente. Você conhece de perto a realidade, vive essa realidade, é de uma região também afetada, e está se dedicando muito, está fazendo a diferença nesse parlamento. Parabéns.

E voto "sim". Ficam aprovados todos os Requerimentos do Deputado Pedro Fernandes.

Há outro deputado que gostaria de apresentar Requerimentos? Deputada Dr^a Taíssa, com a palavra.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Requeiro, da Sedam, um plano de ação para os mutirões para os registros dos CARs na região Madeira Mamoré, na região de Buritis; na região - não sei se o Deputado Pedro Fernandes tem interesse, deputado, na sua região também um mutirão para o CAR? - no Vale do Anari, não é?

E, há mais alguma região para a gente colocar no Requerimento?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não... Vamos...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Madeira Mamoré, região lá de Buritis e a região do Vale do Anari, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso, Vale do Anari.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Esse é o primeiro Requerimento. O outro Requerimento é sobre o plano de ação para informação dos produtores rurais de forma ampla, dentro do Estado de Rondônia, sobre o registro do CAR, bem como, por escrito, a questão do detalhamento em relação às áreas em análise; e em que, nós, como parlamentares, podemos colaborar para essa situação em relação a esse plano de análise.

Aproveitando aqui, também para requerer da Sedam, solicitação do IBGE em relação a equipamentos cartográficos para verificar as delimitações e os treinamentos; verificar o que eles têm e se pode fazer uma parceria com a Sedam para fazer a melhor prestação de serviço. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação, os Requerimentos da Deputada Dr^a Taíssa.

Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim".

Parabéns, Deputada Dr^a Taíssa. Estamos muito felizes de você estar participando aqui, junto conosco, da Comissão Parlamentar de Inquérito. E teve uma mudança no Regimento Interno para que a Deputada Dr^a Taíssa pudesse participar. Então, isso é muito bacana. Eu já vi muitas Comissões aqui, em que a gente tem que ficar ligando, convidando o deputado para participar. E a Deputada Dr^a Taíssa, realmente, tem um interesse enorme no tema, está se dedicando. Então, nós agradecemos por você estar conosco, está bem, minha amiga?

Ficam aprovados os Requerimentos.

Deputado Delegado Lucas, tem algum Requerimento?

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim. Requerimento solicitando da Sedam informações sobre qual o percentual de propriedades do Estado de Rondônia sem documentação? E, qual o percentual das propriedades em Rondônia que se encontram em áreas de reserva?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação. Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputada Dr^a Taíssa, como vota?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com certeza, voto "sim". Parabéns pelo questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Voto "sim", também.

E, como falei dos demais companheiros, não poderia deixar de falar também do Deputado Delegado Lucas. É um prazer estar junto contigo nessa Comissão. Parabéns pela dedicação, pela competência. Vai deixar um grande legado no Estado de Rondônia. Estamos juntos, meus amigos. E fica aprovado.

SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Deputado. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes de encerrar, passo para o Doutor Doca fazer um esclarecimento técnico.

SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Dos Requerimentos que nós fizemos de documentos dos processos de criação das 11 unidades de conservação, restaram sete a serem encaminhadas. Eu conversei agora há pouco aqui ao lado com o Secretário, o Secretário Doutor Marco. O documento foi encaminhado. Foi aprovado o Requerimento reiterando esse pedido. Ele se comprometeu em conversar com seus técnicos e nos encaminhar.

Encaminhado esse documento, eu vou fazer rapidinho uma síntese dos próximos passos da CPI para que possamos compreender como será o andamento. Aguardando os processos, chegando esses processos, nós vamos fazer um trabalho de auditoria nos processos. E daí, deputado, os deputados componentes da CPI e os deputados, ou outros parlamentares que queiram encaminhar seus assessores para acompanhar, porque é um trabalho técnico, vamos usar a técnica da controladoria – que eu desempenho há uns dois anos, parece, ou mais, a minha vida inteira. E nós vamos, dentro desses 11 processos, fazer uma auditoria neles, identificar as possíveis irregularidades, quem lhes tenham dado causa por ação ou por omissão, com as respectivas oitivas posteriores de cada uma das pessoas. Após essas oitivas, vamos fazer uma análise técnica e será elaborado o relatório final. Esse é o caminho de apuração dos processos das 11 unidades de conservação.

Os outros processos, que são os dois processos da questão de retenção do carbono, dos projetos REDD+ (Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) , esses são de uma área técnica mais específica, que inclusive tem um Requerimento do Deputado Cirone, que além desses processos aqui, seria contratado uma pessoa jurídica ou um técnico com multidisciplinar para compreensão disso aí e fazer uma análise mais aprofundada. Serão esses os esclarecimentos, deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Mais algum esclarecimento? Mais algum questionamento? Secretário, quer fazer alguma consideração final?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGO - Gostaria só de agradecer muito o convite. Dizer que eu estou sempre à disposição desta Casa, como sempre estive e sempre estarei à disposição da Casa. E entendo isso aqui como muito importante. Nós precisamos trazer à luz melhor a forma como foram criadas essas 11 reservas. E para que nós não façamos no futuro, de novo, criações de reservas ou qualquer outro ato de forma não tão clara, a todo mundo, não que não tenha sido correta - isso vai ser elucidado ao final da CPI -, mas que todos saibam o processo melhor.

Foi criado de forma rápida. Acabou que muita gente teve direitos atropelados, cerceados, mas que vai ser demonstrado no decorrer da CPI. E que o povo de Rondônia que ganha com a CPI. É o povo de Rondônia que ganha, que cresce com esse grande trabalho dessa legislatura. Parabéns a todos os deputados. E estou sempre à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Meus amigos, mais uma vez, obrigado. Obrigado a todos que nos acompanham através das redes sociais, através de vários canais. Quero aqui agradecer a presença das pessoas que estão aqui no plenário acompanhando. E explicar também a questão da tecnicidade, a questão da CPI. Ela terá os seus momentos nas audiências quando nós facultaremos a palavra a todos os participantes, mas o Doutor Doca está aqui, está nos policiando. Tem muita gente de olho nessa CPI. E de olho no sentido de que se tiver algum deslize, alguma falha na condução dos trabalhos, e de repente gerar uma nulidade dessa CPI, judicialmente. Então, a gente está tomando todos os cuidados para que não tenha nenhum questionamento judicial.

No mais, gente, muito obrigado de coração a cada um de vocês. A luta continua. Não será uma luta fácil, mas é uma

luta importante. Cada reunião dessa sobre embargos, sobre as reservas, sobre o crédito de carbono são coisas que envolvem toda a população. Doutor Doca, não, acho que foi o Deputado Pedro que comentou, foi o Deputado Pedro que comentou. Tem pessoas, às vezes por falta de conhecimento, "Ah, isso aí é do homem do campo. Isso aí não tem a ver comigo. Eu trabalho em tal função aqui na cidade". Um grande engano. Isso afeta a economia como um todo. "Ah, mas eu sou funcionário público", afeta também, porque o grande arrecadador dos impostos hoje do Estado de Rondônia é o agronegócio.

Então, essa questão ambiental afeta a tudo e a todos. Obrigado mais uma vez.

Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 40 minutos)

(Sem revisão dos oradores)